COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EMENDAS DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 2.898-E, DE 2004

Altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.

Autora: Deputada ANN PONTES

Relator: Deputado PAULO RENATO SOUZA

I - RELATÓRIO

O projeto de lei nº 2.898, de 2004, aprovado na Câmara dos Deputados em 24 de maio de 2005, tem os seguintes objetivos:

. alterar o § 1º do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), visando a estender ao nível do ensino médio as exigências de comprovação de matrícula e frequência à escola para conferir validade ao contrato de aprendizagem. Hoje a comprovação refere-se apenas ao ensino fundamental. Tal mudança é compatível com a meta de progressiva universalização do ensino médio;

. reduzir o limite máximo, como regra geral, da jornada de trabalho do aprendiz para quatro horas diárias, hoje fixado em seis horas, no “caput” do art. 432 da CLT;

. admitir a eventual ampliação da jornada para até oito horas diárias, no caso de aprendizes que tenham completado o ensino médio.

A proposição foi submetida à revisão do Senado Federal, dessa Casa retornando com duas emendas, sujeitas à apreciação final da Câmara dos Deputados.

A primeira emenda do Senado suprime a alteração do “caput” do art. 432 da CLT, mantendo assim a redação ora vigente, que estabelece, como padrão, o limite de seis horas para a jornada diária do aprendiz.

A segunda emenda determina um prazo de noventa dias para entrada em vigência da lei, a contar da data da sua publicação.

II - VOTO DO RELATOR

À primeira vista, para quem está estudando, sobretudo um jovem, a jornada diária de aprendizagem equivalente a seis horas pode parecer excessiva, praticamente implicando que este aprendiz deverá realizar seu estudo regular à noite. As quatro horas previstas no projeto originalmente aprovado pela Câmara parecem mais compatíveis com uma situação de “segurança educacional”, isto é, aquela que mais favoreceria as condições de estudo. Além disso, o turno de quatro horas para a aprendizagem, em certas áreas ou especialidades, pode abranger satisfatoriamente as atribuições do aprendiz no ambiente de trabalho e a formação profissionalizante correlata, especialmente se esta última estiver integrada aos estudos gerais regulares.

Mas o fato das seis horas constarem na lei como um limite máximo para a jornada diária, não significa que todos os contratos de aprendizagem irão dela se servir. E ela poderá mesmo ser a mais indicada para os certos casos. Ademais, a excessiva limitação da jornada da aprendizagem pode resultar em prolongamento da formação do aprendiz, retardando sua entrada no mercado de trabalho, e na redução de seu rendimento durante a vigência do contrato. Não parece, pois, necessário ou mesmo conveniente reduzir a jornada hoje prevista na CLT.

Por oportuno, cabe lembrar que, apresentando projeto de lei sobre matéria correlata, o projeto de lei nº 993, de 2007, que dispõe sobre o estágio de estudantes, o Poder Executivo propõe idêntica alteração ao art. 428

da CLT, para abranger o ensino médio, e estabelece a duração máxima da jornada diária do estágio em limite similar àquele atualmente fixado pelo art. 432 da mesma CLT para a jornada do aprendiz: máximo de seis horas como regra geral. E admite, como a proposição em comento, a possibilidade de se chegar a oito horas, em casos específicos.

A segunda emenda que propõe um prazo para entrada em vigência das novas normas, merece ser acatada, na medida em que as disposições, uma vez aprovadas, realmente devem provocar ajustes nos contratos e nas programações das partes envolvidas.

Tendo em vista o exposto, voto pela aprovação da Emendas nº 1 e nº 2, do Senado Federal, ao projeto de lei nº 2.898-E, de 2004.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado PAULO RENATO SOUZA
Relator